

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2012 – NÚMERO 5/2012

Aos oito dias do mês de Março do ano de dois mil e doze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram 18 horas e 05 minutos.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário da tesouraria do dia 07 de Março de 2012.

ATAS

Passou-se à apreciação e votação da ata nº 2/2012, da reunião de 31 de Janeiro de 2012. Com as alterações propostas pelo Presidente a ata foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de dar a palavra às vereadoras para formularem as suas questões, o Presidente deu conhecimento do programa do OTL da Páscoa de 2012.

A Vereadora Regina Ferreira entregou ao Presidente um requerimento com algumas questões que gostava de ver respondidas por escrito. A saber: qual a taxa de execução e posição do município face à bolsa de mérito da CIMLT; o montante da dívida atual, quer a fornecedores, quer de empréstimos bancários; adjudicações realizadas e respetivos valores; número de trabalhadores do mercado social de emprego e número de trabalhadores admitidos em concurso e respetivos cargos; candidaturas realizadas no âmbito do QREN e respetivas taxas de participação; e saber se a Casa dos Patudos está ou não integrada na Rede dos Museus Portugueses.

Para além destas perguntas a serem respondidas por escrito, a Vereadora aproveitou para fazer uma saudação ao Dia Internacional da Mulher, que se celebra no dia em que decorre esta reunião, saudação que se justifica tanto mais quanto a mulher continua ainda a ser discriminada.

Intervenção da Vereadora Sónia Sanfona. A Vereadora começou por subscrever as palavras da Vereadora Regina Ferreira no que diz respeito à luta inacabada das mulheres pela igualdade de direitos em relação aos homens, deixando um cumprimento muito especial a todas as mulheres que no seu dia-a-dia lutam de uma forma muito abnegada para garantirem na sociedade o lugar que a sociedade lhes devia garantir.

Assim, porque a responsabilidade de promover os valores da paridade recai também sobre as entidades públicas, a Vereadora perguntou ao Presidente se a Câmara de Alpiarça tem algumas medidas ou ações que garantam a promoção dos valores da paridade, quer junto das suas funcionárias, quer para efeito da promoção desses valores junto da comunidade alpiarcense através da promoção de iniciativas.

A Vereadora mencionou ainda outra modalidade de paridade, a paridade geracional. A vereadora pretendia saber se o Município de Alpiarça tem ou não intenção de constituir o Conselho Municipal da Juventude, tal como está plasmado na lei, sobretudo atendendo à fragilidade dos jovens neste momento crítico da vida do país e às dificuldades que têm no mercado de trabalho e de constituição da sua vida familiar.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões. Começou por dizer, em relação ao requerimento, que assim que puder e assim que tiver consultado os serviços, fará chegar as respostas desejadas. Adiantou no entanto, relativamente à taxa de execução, que Alpiarça, no âmbito da contratualização da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, tem a quarta melhor taxa de execução. Quanto à Rede Nacional de Museus, o Presidente explicou que existe uma candidatura, que já foi apresentada, e que já decorreram também reuniões com o Ministério da Cultura. De resto, aquando da vinda do atual Secretário de Estado da Cultura a Alpiarça, este aconselhou o Executivo a desistir da pretensão, uma vez que se preparavam alterações a nível legislativo que iriam trazer mais inconvenientes que vantagens à integração da Casa dos Patudos na Rede Nacional de Museus. O Presidente remeteu o assunto para a direção do Museu a fim de se apurar se faz ou não sentido manter a candidatura para integração da Casa dos Patudos na rede de museus.

Quanto à importância da comemoração do Dia Internacional da Mulher, o Presidente concordou com o que foi dito pelas vereadoras e reconheceu também que, apesar das conquistas históricas das mulheres na luta pela sua emancipação, ainda existe um conjunto de discriminações a superar. Por essa razão, o Presidente fez também uma saudação às mulheres e lembrou que o Município também preparou um conjunto de atividades para assinalar a efeméride.

Relativamente às questões colocadas pela Vereadora Sónia Sanfona, o Presidente afirmou não estar a ver, à partida, medidas específicas que a Câmara possa implementar no sentido de fomentar a paridade, quer de géneros, quer etária. O Presidente entende que esta questão tem muito mais que ver com o tipo de relacionamento que se fomente entre o poder autárquico e os trabalhadores do município do que com medidas que se possam implementar individualmente, até porque a Autarquia está sujeita às regras definidas pelo Governo para a Administração Local.

Por fim, em relação ao Conselho Municipal da Juventude, o Presidente afirmou que se trata de um organismo que efetivamente não está a funcionar, tal como o Conselho Municipal de Segurança. Em todo o caso, a experiência que o Presidente tem deste tipo de organismos é que se tratam de estruturas muito formais nas quais a abordagem aprofundada dos assuntos não é feita. Não obstante, o Presidente assegurou que o Conselho Municipal de Segurança e o Conselho Municipal de Juventude são para dinamizar, acrescentando que já falou com os Serviços da Autarquia no sentido de operacionalizar a convocação de ambos os Conselhos Municipais.

A Vereadora Sónia Sanfona lembrou, em relação às medidas de promoção da paridade, que foi o PS quem introduziu a medida revolucionária que levou o nome de Lei da Paridade e que veio repor alguma justiça no que respeita ao acesso das mulheres a determinado tipo de cargos e de funções, medida que o PS aplicou internamente em primeiro lugar. Na altura em que o PS era Governo existia inclusivamente uma Secretaria de Estado da Igualdade através da qual foram promovidos uma série de protocolos, alguns deles com autarquias, que se comprometiam a não só respeitar e fazer respeitar a legislação que promovia o respeito pelos direitos das mulheres, mas criavam também um conjunto de outros compromissos que tinham que ver sobretudo com a informação relativamente aos direitos das mulheres e com a promoção de

algumas atividades que promovessem a participação das mulheres na vida pública. A Vereadora está consciente de que estes expedientes já não existem, mas deixou o registo para esclarecer que se referia a este tipo de iniciativas e não a outras cuja dinamização terá obrigatoriamente de partir da Administração Central.

A Vereadora referiu-se também ao Conselho Municipal da Juventude, dizendo que esta estrutura em particular tem uma legislação muito mais simples do que outros conselhos temáticos, uma vez que não conta com a obrigatoriedade de representação de organismos de carácter institucional. A Vereadora explicou que se referiu a este organismo em concreto porque o momento nos convoca para uma preocupação muito específica relativamente aos jovens. No caso do nosso Concelho, tendo em conta a sua dimensão reduzida, temos já hoje muitos jovens muito qualificados com capacidade para desempenhar um conjunto de tarefas que são importantes para o Município, que estão à procura de soluções laborais e pessoais fora do Município, uma vez que não encontram na terra de origem uma solução. A Vereadora não quer dizer com isto que a Autarquia tem de dar emprego a todos os jovens, mas que tem de ser um parceiro ativo, juntamente com outras estruturas como o Conselho Municipal de Juventude, para ajudar a criar condições para estes jovens se fixarem no Concelho.

O Presidente reconheceu o papel importante que pode ter uma estrutura como o Conselho Municipal de Juventude, mas adiantou que é preciso ter noção que tudo isto se joga num campo mais vasto cujas responsabilidades vão muito para além da própria Autarquia, isto sem querer negar o papel que as autarquias terão obrigatoriamente de desempenhar. De resto, o Presidente afirmou que ainda recentemente esteve reunido com dirigentes da empresa Monliz, sediada na Zona Industrial, na perspetiva de os sensibilizar para esse problema e para a necessidade de privilegiar os jovens do Concelho no que às ofertas de emprego diz respeito.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

- **Serviço Técnico de Obras – Certidão de autorização de constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Atela Casalinho – Rua 1º de Maio – inscrito na matriz rústica sob o artigo 90 da secção 031 (parte).**

Deliberado por unanimidade ratificar a autorização para a constituição de compropriedade, de acordo com informação técnica.

- **Gabinete Técnico – Informação Interna nº 17 – Aprovação da minuta do contrato do 3º adicional – no valor de € 64.273,40 referente aos trabalhos adicionais da empreitada de “Construção do Centro Escolar de Alpiarça – 1º ciclo de Ensino Básico”.**

Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato do 3º adicional, de acordo com parecer técnico.

- **Gabinete Técnico – Informação Interna nº 32/2012 – “Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural – Frade de Cima” – Programa de Concurso – Alteração.**

Deliberado por unanimidade aprovar a alteração ao programa de concurso.

- **Gabinete Técnico – Informação Interna nº 34/2012 – “Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho de Alpiarça”:**

- **Aprovação das peças do procedimento – Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Projeto;**
- **Autorização para abertura de procedimento por Concurso Público;**
- **Nomeação do Júri do Concurso.**

O Presidente da Câmara propôs que se alterasse o prazo de execução da obra no Programa de Concurso de 275 dias para 210 dias. Para além disso, o Presidente propôs uma alteração ao júri do concurso, que passaria a ser constituído pelo Vereador Carlos Pereira, Presidente do Júri, pelo Eng.º José Portugal, 1º vogal efetivo, e pelo Eng.º Carlos Lains, 2º vogal efetivo. Como vogais suplentes o Presidente propôs, pela ordem que se apresenta, a Eng.ª Carla Cunha e a Dr.ª Maria do Céu Augusto.

Posta à votação com as alterações sugeridas pelo Presidente, a proposta constante na Informação Interna nº 34/2012 do Gabinete Técnico foi aprovada por maioria com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira. Com esta deliberação aprovaram-se as peças do procedimento (programa de concurso, caderno de encargos e o projeto); a autorização para abertura de procedimento por concurso público; e nomeou-se o júri de acordo com a definição do Presidente.

A Vereadora Sónia Sanfona fez uma declaração de voto para explicar que a razão desta abstenção não se prende com nenhuma objeção, nem de fundo nem específica, relativamente à proposta que é apresentada, mas tem sobretudo a ver com o facto de, tanto a Vereadora como a Vereadora Regina Ferreira, terem sido confrontadas com esta proposta e com este projeto apenas neste momento, pelo que não houve a possibilidade de as vereadoras fazerem uma avaliação da proposta.

- **DMAF Serviço de contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração nº 02 de 2012.**

Deu-se conhecimento.

- **DMAF Serviço de contabilidade – Modificação às GOP's – Alteração nº 02 de 2012.**

Deu-se conhecimento.

- **Serviço de Contra Ordenação – Decisões referentes a Processos de Contra Ordenação despachados a 18 de janeiro, 01 de fevereiro e 16 de fevereiro do ano de 2012.**

Deu-se conhecimento.

ADENDA À ORDEM DO DIA

VÁRIOS:

- **Município de Alpiarça – Proposta de atribuição de subsídios a coletividades, nos termos do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.**

O Vereador João Pedro Arraiolos explicou que esta proposta decorre da avaliação dos planos de atividades apresentados pelas coletividades. Partindo do valor global de trinta e seis mil euros, e tendo em conta o volume de atividade desportiva descrita nos planos de atividades apresentados, procedeu-se à repartição do valor pelas diferentes coletividades, tendo em conta diferentes fatores de ponderação como sejam o número de atletas inscritos, as suas idades, o número de treinadores, o número de secções em atividade e a relevância do clube em questão, aferida no seu número de associados.

A Vereadora Sónia Sanfona pediu que lhe fossem facultados os documentos entregues pelas várias entidades e que estiveram na base nos critérios de ponderação que vieram

a ser adotados. Perguntou também se a Autarquia vai atribuir os mesmos apoios ao associativismo cultural ou de outro âmbito, e quando é que o pretende fazer.

O Vereador João Pedro Arraiolos explicou que no que toca à atividade cultural das coletividades, os apoios são fundamentalmente pontuais, dado que não existe uma prática regular desse tipo de iniciativas. No entanto, pelo menos no que toca à Sociedade Filarmónica Alpiarçense, coletividade que desenvolve atividade cultural mais regular, é intenção da Câmara apresentar em breve a lista de apoios a conceder.

A Vereadora Regina Ferreira comentou que não entendia a urgência em trazer o assunto a esta Reunião. Se a documentação complementar à reunião foi recebida com a antecedência regimentar, já a documentação para este e os pontos seguintes foi enviada com 24h de antecedência, sendo que a Vereadora nem chegou a tomar conhecimento dela. A Vereadora perguntou como é que esta proposta foi feita tão rapidamente e porque é que teve de vir já nesta reunião se as reuniões de Câmara se têm realizado quase semanalmente, e portanto podia sem grande prejuízo ser discutida na próxima reunião.

O Presidente explicou que o documento já estava pronto há alguns dias mas não tinha havido oportunidade de o Presidente e os vereadores com pelouros se juntarem para o discutir, pelo que houve um ligeiro atraso na distribuição do documento. Ainda assim considerou-se que seria preferível votar a proposta o quanto antes, evitando que se adiasse o assunto por uma semana e meia até à próxima reunião. De resto, referindo-se à opção política plasmada nesta proposta, o Presidente afirmou que o documento traduz uma aposta clara no associativismo, contrariando a tendência nacional, veiculada pela comunicação social, que dá conta de que as autarquias estão a cortar drasticamente nos apoios ao movimento associativo, cenário que não só não acontece em Alpiarça, como é inclusivamente invertido com o acréscimo do valor global dos apoios. Este crescimento no apoio ao associativismo vem em contraciclo em relação à prática da maior parte das autarquias, do poder central, que praticamente se demite destas coisas, e ainda em contraciclo relativamente às transferências financeiras para o Município, que são cada vez menores. O Presidente considera importante salientar esta opção, que demonstra que a Autarquia de Alpiarça se mantém do lado de quem trabalha e de quem mantém a comunidade a funcionar através da realização de atividades desportivas, culturais, etc.

A Vereadora Sónia Sanfona aproveitou a intervenção do Presidente para fazer, também ela, uma leitura política do documento. No entender da Vereadora, esta proposta traduz muito mais do que uma mera aposta no associativismo, uma vez que a necessidade de manter ou reforçar estes valores prende-se não só com o facto de se querer apoiar estas associações, mas sobretudo com a necessidade de sustentar um projeto, o triatlo, que é manifestamente insustentável da forma como está desenhado. A Vereadora lembrou que o triatlo absorve todas as receitas do funcionamento das piscinas municipais, subsídio que nem sequer está plasmado neste documento. A Vereadora pretende conhecer o documento que suporta a atribuição desse subsídio e confrontá-lo com o plano de atividades dos Águias, dado que suspeita que o valor descrito no documento não é absorvido pelas restantes modalidades do Clube. A Vereadora garantiu não ter absolutamente nada contra qualquer atividade desportiva, muito menos, contra uma modalidade como a do triatlo, desenvolvida com valor local,

mas tem as suas reservas em relação à sustentação de projetos que não criam condições para serem autossustentáveis e que vão buscar recursos a outras atividades, as quais o Município também tem a obrigação de ajudar a promover. A Vereadora afirmou recordar-se que a proposta inicial do projeto do Triatlo de Alpiarça, projeto que a Vereadora considera valioso, tinha um conjunto de pressupostos de sustentabilidade financeira que nunca foram concretizados ao longo da sua execução. Entende a Vereadora que esta modalidade é sustentada exclusivamente pelo patrocínio da Câmara e que está por demonstrar se este patrocínio é diretamente proporcional ao benefício que o próprio Município retira daqui, com prejuízo de outros atletas de outras modalidades, sobretudo ao nível da formação. Para finalizar, a Vereadora afirmou que na sua opinião boa parte do contributo da autarquia para o desporto devia ser canalizado, quer para a formação de jovens atletas, independentemente da modalidade que pratiquem, quer para a manutenção das infraestruturas como sejam por exemplo os balneários do Estádio Municipal. Assim, o que esta proposta revela à Vereadora é uma aposta não no associativismo nem na prossecução de objetivos para todos, mas na sustentação de um projeto que devia ser autossustentável.

O Presidente afirmou não poder concordar com a Vereadora dado que as acusações que fez não correspondem à realidade. O Presidente esclareceu que o apoio da Autarquia ao Triatlo traduz-se na “não entrega” à Câmara de setecentos e cinquenta euros mensais provenientes da escola de natação, verba que passou a ser alocada diretamente ao triatlo. O Presidente lembrou que esta modalidade também tem formação e mostrou-se disponível para discutir as implicações e o impacto deste apoio e desta modalidade, e a repercussão para o Concelho dos resultados obtidos pelos atletas. De resto, nenhuma destas verbas se destina a apoiar o triatlo, pelo contrário, destina-se a toda a atividade de todas as secções, quer do Clube Desportivo “Os Águias”, quer das outras coletividades do Concelho.

Quanto à necessidade de arranjar outras formas de sustentar o projeto do triatlo, o Presidente acredita, até porque é o que os dirigentes dos Águias lhe fazem chegar, que essa é uma preocupação do clube, e acrescentou que a própria Autarquia tem abordado diversas entidades e empresas que possam vir a ajudar, abordagens que de resto tiveram alguns resultados. Lembrou ainda que o Triatlo de Alpiarça, antes chamado Triatlo do Ribatejo, era integralmente suportado financeiramente pelas autarquias de Alpiarça e de Santarém, e que de há dois anos para cá, graças a diligências levadas a cabo pela Câmara, conseguiu-se um apoio significativo para o evento que o paga na totalidade.

Deliberado por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar a proposta de atribuição de subsídios às coletividades.

- Município de Alpiarça – Ata de abertura de propostas de alienação de madeira de eucalipto – Autorização de adjudicação conforme relatório da comissão de análise das propostas.

Deliberado por maioria, com uma abstenção da Vereadora Regina Ferreira, aprovar a ata de abertura de propostas e a autorização de adjudicação, conforme relatório da Comissão de Análise de Propostas.

A Vereadora Regina Ferreira absteve-se porque não teve oportunidade de se inteirar do assunto, uma vez que os documentos não lhe chegaram a tempo.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram vinte horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.